

**Ata da 12ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
ocorrida no dia 19/112003, na Sala dos Conselhos, 2º andar do Ministério da
Ciência e Tecnologia**

O Secretário de Políticas Estratégicas e de Desenvolvimento Científico, Dr. Jorge Almeida Guimarães abriu a reunião saudando os presentes e comunicando a impossibilidade de comparecimento do Sr. Ministro Roberto Amaral.

1. Deliberação sobre a regulamentação relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Dr. Jorge Guimarães esclareceu que o texto da Resolução nº 1, aprovado pela Comissão em sua última reunião, foi colocado em consulta pública na página de Internet do MCT. Foram recebidos oito comentários, incluindo pedido de ampliação do prazo de consulta pública que foi ampliado em um mês.

Algumas observações de caráter geral sobre cenários de referência e priorização de setores para projetos não foram consideradas por não ter relação com o texto da resolução.

Foi questionada a necessidade de a Entidade Operacional Designada ser plenamente estabelecida no Brasil, mas como lembrou o Secretário Executivo da Comissão, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, esse ponto foi considerado importante nas deliberações da Comissão para manter o controle em relação à atividade das Entidades Operacionais, além de não ser inconveniente para a maioria delas, em virtude de já manterem escritórios no Brasil.

Foi também questionado o prazo de tramitação dos pedidos de aprovação, vinculados à realização de reuniões da Comissão. O Secretário Executivo esclareceu que o regimento interno da Comissão já prevê reuniões bimestrais, o que garante um limite real para o tempo de tramitação. Foi sugerido o estabelecimento de um calendário para as reuniões da Comissão no ano de 2004. Foi acordada a realização de reunião em toda primeira quarta-feira dos meses pares, exceto no mês de dezembro em que essa data coincide com a reunião da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima da ONU.

Um comentário questionou a exigência de submissão do documento de validação do projeto pela Entidade Operacional Designada. O Dr. José Miguez lembrou que a inclusão do documento de validação era essencial para a não duplicação da análise técnica do projeto, já realizada no âmbito do Comitê Executivo do MDL, ficando a análise governamental brasileira concentrada no aspecto da contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Em resumo, as sugestões apresentadas não foram consideradas relevantes para alteração do texto aprovado pela Comissão.

Alguns erros de edição foram corrigidos, bem como introduzidas alterações sugeridas pela Consultoria Jurídica do MCT. Dentre elas está a alteração do preâmbulo, com a utilização da palavra “considerando” em todos os parágrafos, que é a forma usual. Também foi adicionado o Artigo 9º, que estabelece o caráter condicional da deliberação, enquanto o Protocolo de Quioto não entrar em vigor.

Aberta a discussão, o Dr. Marcelo Poppe, representante do MME, ressaltou a importância de se ter um texto consolidado, que proporciona uma sinalização positiva em âmbito internacional. A Dra. Marijane Lisboa, representante do MMA, manifestou satisfação com o resultado da consulta pública que mostra que o procedimento adotado foi correto, incluindo o tempo adicional de deliberação que foi solicitado pelo MMA.

O Dr Jorge Guimarães observou que nas muitas reuniões sobre o tema em que havia participado, os critérios adicionais de desenvolvimento sustentável incluídos foram muito bem aceitos.

A Dra. Cândida Cervieri, representante do MDIC, também declarou satisfação com a publicação do documento mas ressaltou o longo caminho e o muito trabalho que a Comissão teria pela frente na avaliação de projetos.

2. Preparativos para a nona Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

O Secretário Marco Túlio Cabral relatou os preparativos para a COP 9 a ser realizada em Milão, Itália de 1 a 12 de dezembro de 2003.

Observou que em função de o Protocolo de Quito não ter ainda entrado em vigor, estavam previstas manifestações importantes no sentido de que a Federação Russa ratifique o Protocolo, tendo o Brasil recebido consultas, inclusive da União Européia para que se agregue a essas manifestações. Observou também que a principal expectativa em relação às negociações na COP9 é pela conclusão da regulamentação do MDL, no que se refere aos projetos no setor de Mudança de Uso da Terra e Florestas.

O Dr. Jorge Guimarães observou a importância dessa manifestação da delegação brasileira pela entrada em vigor do Protocolo.

O Secretário Executivo, Dr. José Miguez, introduziu os documentos distribuídos, incluindo as agendas das reuniões da COP9, e o documento consolidado de negociação sobre projetos de florestamento e reflorestamento no MDL. Observou que as questões pendentes referem-se à não permanência das reduções, fugas, período de tempo de cada projeto, impactos ambientais e a consideração de pequenos projetos.

O Dr. Jorge Guimarães observou a importância de pequenos projetos, inclusive para permitir a recuperação de matas ciliares.

O Dr. Miguez observou que pequenos projetos são permitidos estando pendente apenas o estabelecimento de regras especiais estabelecendo facilidades adicionais que possibilitariam a sua aprovação mais rápida. Observou, também, que essa reivindicação vinha principalmente de países da África e América Central que temem o custo muito alto de implantação de um pequeno projeto. A questão principal é como balancear essa maior facilidade com a manutenção da integridade ambiental do Protocolo.

A Dra. Marijane manifestou a necessidade de possibilitar a inclusão de projetos de pequena escala que aproveitem os projetos de assentamento e agricultura familiar.

A Dra. Cândida mencionou a dificuldade que pequenas empresas da indústria moveleira tem de conseguir matéria prima, existindo um déficit de florestas plantadas com essa finalidade.

O Dr. Miguez observou que uma alternativa seria incluir esses incentivos na legislação nacional para não correr o risco de permitir projetos ambientalmente questionáveis no âmbito internacional.

Foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho para incentivar possíveis medidas internas para implantação de pequenos projetos.

3. Aprovação da ata da reunião anterior

O Secretário Executivo informou que além da minuta de ata da 11ª reunião, foi distribuída a ata da 10ª reunião corrigida em função de sugestão de correção feita pelo MMA na última reunião. Não tendo havido nenhuma observação, a ata foi considerada aprovada.

Não existindo outros assuntos a tratar, o Dr. Jorge Guimarães encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, ficando marcada a próxima reunião para o dia 11 de fevereiro de 2004.